

A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019

Paula Cristina da Silva Barreto^I 

Flávia Rios^{II} 

Paulo Sérgio da Costa Neves^{III} 

Dyane Brito Reis Santos^{IV} 

INTRODUÇÃO

Como estabelecer os contornos de um campo científico com base em publicações e textos de pesquisadores que atuam em torno de uma área ou de um tema? Sobretudo, como fazer isso em se tratando de um campo com a densidade e a história das relações raciais no Brasil? Essas não são questões novas, pois outros antes de nós já afrontaram as mesmas dúvidas ao realizar balanços bibliográficos sobre o campo. No entanto, são questões vitais para entender a lógica que perpassa a produção bibliográfica de um campo tão sensível e com visibilidade pública elevada como é o dos estudos das relações raciais.

A tentativa que se segue não objetiva dar uma resposta a essas questões espinhosas, nem se pretende uma solução definitiva em relação aos trabalhos que anteriormente realizaram balanços dessa área. O que tentamos aqui é dar conta de tendências recentes, nem sempre perceptíveis apenas nas publicações das principais revistas das áreas de humanidades e, particularmente, das ciências sociais, expediente usual na produção de resenhas bibliográficas. Para isso, buscamos dar conta

de alguns espaços em que essas mudanças se manifestam, a exemplo das discussões que têm lugar nos programas de pós-graduação, visíveis nos trabalhos apresentados nos principais eventos e congressos da área.

Nesse sentido, entender como o campo dos estudos sobre relações raciais está mudando pressupõe entendermos como teorias e autores, atores e movimentos, legislações e normas, estão remodelando continuamente um campo que, longe de ser estático, está em contínua transformação. Dessa forma, podemos afirmar que o balanço bibliográfico aqui realizado atualiza outros recentes. E o faz por partir de algumas premissas diferentes e também porque as mudanças em torno da questão se processam rapidamente, sobretudo a partir da transformação simbólica e legal provocada pela obrigatoriedade estipulada em lei das cotas nas universidades e nos empregos públicos federais, respectivamente, em 2012 e 2014.

A essas questões, juntam-se outras com relação ao papel dos balanços bibliográficos na agenda científica. Os balanços bibliográficos têm cumprido papel importante no campo de estudos das relações raciais. Isso se

^IUniversidade Federal da Bahia – Salvador (BA), Brasil. E-mail: paulabarreto14@hotmail.com

^{II}Universidade Federal Fluminense – Niterói (RJ), Brasil. E-mail: flaviamrios@yahoo.com.br

^{III}Universidade Federal do ABC – Santo André (SP), Brasil. E-mail: psrneves@hotmail.com

^{IV}Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Cruz das Almas (BA), Brasil. E-mail: dyanebritoreis@gmail.com

Recebido em: 31/01/2020. Aprovado em: 13/05/2020.

dá não apenas pela função de síntese de uma parte da produção científica de um período, como também e, talvez, principalmente, pela influência dessas sínteses sobre a produção científica posterior. O que se explica pelo impacto que tais sínteses têm quando se trata de definir o que é visto como mais inovador e interessante a ser pesquisado. Ora, ao mesmo tempo em que esse impacto é inevitável e mais ou menos efetivo (a depender da difusão das sínteses e dos balanços), podemos afirmar que ele também é fruto do entendimento majoritário entre pesquisadores(as) sobre o que é, ou não, relevante. Nesse sentido, talvez uma boa maneira de pensarmos o presente trabalho seja o de rever os critérios de seleção para elaborar os balanços bibliográficos da área. Outra contribuição que pretendemos dar é a possibilidade de sublinhar tendências dominantes e emergentes simultaneamente, uma forma de ver no mesmo campo o velho (tradicional) e o novo nos estudos das relações raciais brasileiras.

Na literatura recente sobre a produção acadêmica no campo de estudos das relações raciais, destacam-se dois resultados principais:

1. o aumento contínuo da produção, no período de 1993 a 2013, maior que o aumento verificado na produção total do campo das ciências sociais; e
2. a diversificação temática dessa produção, com ampliação do leque temático, e destaque para temas como violência, gênero e política representativa (Campos; Lima; Gomes, 2018; Campos; Gomes, 2016; Artes; Mena-Chalco, 2017).

Alguns balanços da produção acadêmica no campo das relações raciais têm destacado as transformações importantes que têm ocorrido nos últimos 20 anos. Período que ficou marcado pela grande publicização da questão racial e pela ampliação do debate

público sobre as políticas de ação afirmativa (PAA) (Barreto *et al.*, 2017).

No estudo realizado por Artes e Mena-Chalco (2017) foram analisados os resumos e as palavras-chave das teses e das dissertações publicadas no Banco de Teses e Dissertações (BTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entre 1987 e 2011, por meio da definição de 191 descritores. Sem se limitar às ciências sociais, esse estudo tratou de todas as áreas/disciplinas, e os resultados mostraram que houve uma expansão da produção no campo das relações raciais, especialmente a partir de 2005, maior do que o crescimento da produção geral, no mesmo período — em 1987, a participação da temática representava 0,2% do universo para o mestrado, e em 2011 chegou a 1%; o resultado era semelhante no doutorado. Além disso, as autoras constataram que havia a predominância da autoria feminina. No estudo foram identificados 4.204 trabalhos sobre a temática, defendidos em 800 programas de pós-graduação de 161 universidades ou instituições de pesquisa.

Como explicação para tal expansão, Artes e Mena-Chalco (2017) destacaram a importância do Sistema de Pós-graduação brasileiro, que experimentou um processo de ampliação intenso de 1975 até os dias atuais, consolidando-se como uma política pública de formação de recursos humanos em ciência e tecnologia. Ao tentar responder à pergunta sobre como os negros, especialmente as mulheres negras, estão representados entre os autores das dissertações e das teses defendidas sobre a temática racial, no período analisado, as autoras se depararam com a inexistência da informação sobre a cor no BTD. Diante disso, Artes e Mena-Chalco (2017) recorreram a outras fontes complementares com informações sobre as pessoas

tituladas no Brasil, por região, entre 1996 e 2008, mostrando que houve crescimento em todas as regiões, mas em proporções muito diferentes: Sudeste, 198%; Norte, 438%; Sul, 683%; Centro-Oeste, 840%; e Nordeste, 2.487%. Chama atenção o crescimento de quase 2.500% de pessoas tituladas no Nordeste, em contraste com um crescimento muito menor no Sudeste (quase 200%), onde, historicamente, existe a maior concentração de cursos de pós-graduação no Brasil.¹

Conforme Artes e Mena-Chalco (2017), para entender a ampliação da participação de negros na pós-graduação, é crucial levar em conta as PAA que permitiram, a partir do ano de 2003, um acesso mais equitativo de grupos sub-representados (negros e indígenas) nos cursos de graduação das universidades brasileiras. Na pesquisa do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) sobre cotas na pós-graduação de universidades públicas brasileiras, foram analisadas 49 políticas criadas no período de 2002 a 2017. Os resultados mostraram que mais da metade delas decorreram de iniciativas dos próprios programas de pós-graduação, enquanto as demais resultaram de leis estaduais ou de resoluções de conselhos universitários. Do total de políticas, 73,47% aplicaram, exclusivamente, o sistema de cotas, enquanto outros programas recorreram a formas distintas de identificação dos beneficiários — estes foram, principalmente, os

estudantes pretos (46 das 49 iniciativas), seguidos de pardos (44), indígenas (44) e estudantes com deficiência (19) (Venturini, s/d.).

Os achados mais interessantes do estudo de Artes e Mena-Chalco (2017) dizem respeito às áreas com maior participação de trabalhos na temática de relações raciais e às autorias segundo o gênero. Ao apresentar as dez áreas que se destacaram com a maior proporção de dissertações de mestrado e teses de doutorado, chama atenção que a educação seja a primeira colocada em ambos os níveis de formação, e que a antropologia e a sociologia ficaram em terceira e quarta posição, no caso do mestrado, e em segunda e terceira posição, no caso do doutorado. A área de história consta em segundo lugar no mestrado e em quarto lugar no doutorado; e a de letras em quinto lugar no mestrado e no doutorado. A área de ciências humanas é a que concentra o maior número de trabalhos, sendo a proporção das dissertações de mestrado e das teses de doutorado superior à observada no geral da pós-graduação (cerca de 3% das dissertações de mestrado na área de ciências humanas trabalharam com a temática das relações raciais a partir de 2010). Em relação à participação masculina e feminina nas autorias dos trabalhos, as autoras utilizaram o Índice de Paridade de Gênero (IPG) e concluíram que nas dez áreas de maior participação da temática das relações raciais, as mulheres predominam.

1 As autoras destacaram que o número de estudantes de pós-graduação apresentou um aumento de 57,1%, enquanto a população cresceu apenas 12,3%, no período analisado. Em relação às distinções de raça e gênero, Artes e Mena-Chalco (2017) afirmam que a taxa de crescimento de negros (194,6%) foi maior do que a das mulheres (61,5%) que, por sua vez, foi maior do que a dos homens (52,3%). Tal variação positiva ganha importância quando se leva em conta que os negros (pretos + pardos) representavam apenas 24,8% do universo dos estudantes de pós-graduação, quando somavam 50,9% na população total. Considerando o universo de titulados, os resultados mostraram que a variação no período analisado foi de 157%, maior para as mulheres (192,9%) do que para os homens (130,7%), e maior para os negros (321,1%) do que para os brancos (137,7%). Apesar dessa variação maior das taxas de titulação entre os negros, persistem as desigualdades, uma vez que estes representavam 44,6% da população brasileira, mas eram somente 11% no conjunto de titulados em 2000, chegando a 18,1% em 2010.

Outro estudo recente analisou a produção acadêmica sobre relações raciais no Brasil com base em artigos publicados em revistas de ciências sociais, no período de 1994 a 2013. Os resultados também mostraram que houve aumento da quantidade dessas publicações que abordam a questão racial, quando comparadas à produção geral das principais revistas de ciências sociais disponibilizadas na Scientific Electronic Library Online (SciELO)² (Campos; Lima; Gomes, 2018). Em relação aos temas abordados nesses artigos, os autores apontaram a existência de 22 subtemas, dos quais os três mais importantes foram:

1. cultura (artes, música e literatura) (83/31,2%);
2. gênero e sexualidade (64/24,1%); e
3. desigualdade de classe e estratificação (61/22,9%).

E no que diz respeito aos *papers* apresentados nos congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), o tema ação afirmativa foi o mais frequente.

Segundo Campos, Lima e Gomes (2018), o debate público sobre as PAA que foram criadas a partir dos anos 2000 explica apenas em parte o incremento da produção acadêmica nesse campo, uma vez que este foi acompanhado da pluralização temática. Os resultados permitem afirmar que, considerando a produção de artigos, no período analisado, temas como a interseção entre raça e gênero, movimentos sociais, relações internacionais, entre outros, ganharam mais espaço, enquanto os estudos sobre expressões

culturais e estratificação socioeconômica perderam, relativamente, a importância.

Foi levando em conta os resultados dos estudos supracitados que estabelecemos os objetivos do texto, que visou apresentar a literatura recentíssima existente no campo (2012–2019), verificando:

- se o aumento apontado anteriormente tem se mantido;
- se a diversificação continua a ocorrer; e
- quais são as características da produção sobre os subtemas “ações afirmativas” e “gênero/sexualidade”.

Esses foram escolhidos por razões distintas: enquanto o primeiro tem se apresentado como um assunto duradouro e relevante, quantitativamente, na produção acadêmica nas últimas décadas, a interseção entre raça e gênero/sexualidade surge como tema emergente, com tendência de crescimento na literatura especializada.

O presente balanço bibliográfico se vale de fontes variadas — artigos publicados (2014–2018) e trabalhos apresentados em congressos (2012–2019). Essa escolha se explica porque as revisões mais recentes dessa natureza já fizeram exaustivas coberturas do século XX e da primeira década do século XXI, o que nos deixou mais à vontade para nos concentrar no período ainda não tratado pela literatura especializada. Já a razão para a escolha de fontes variadas tem a ver tanto com o recorte temporal quanto com a lacuna deixada pelas revisões anteriores. Explicamos: os trabalhos anteriores de revisão bibliográfica tiveram como enfoque revistas *Qualis* A1, o que deixou a maioria

2 O *corpus* da pesquisa incluiu artigos publicados em periódicos A1 nas três disciplinas das Ciências Sociais e trabalhos apresentados em Grupos de Trabalho (GTs) e Seminários Temáticos (STs) de Encontros anuais da Anpocs, de 1994 a 2013. Em relação aos artigos, 16 revistas, disponíveis no SciELO, foram incluídas na pesquisa, e foram analisados, nas fases iniciais, 540 fascículos e, na fase final, 266 artigos.

da produção acadêmica para trás. A opção pela diversificação da metodologia foi um recurso que visava contemplar um universo mais representativo da produção acadêmica no campo. Ademais, como o período é muito recente, optamos por nos valer da produção em curso submetida em grandes encontros da área, como os encontros anuais da Anpocs e os congressos bianuais da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), eventos em que há a maior concentração, sistematicidade e institucionalização do debate científico acerca da questão racial no Brasil, e em que existem GTs regulares sobre a temática em tela.

A vantagem desse recurso é que podemos observar o processo de produção de conhecimento em seus diferentes estágios, desde os artigos em curso (para o caso dos eventos) até as pesquisas publicadas em periódicos da área de ciências sociais (SciELO). Com isso, ponderamos que a pesquisa, apesar de fazer um recorte temporal relativamente curto em contraste com os anteriores, tem o mérito de ser abrangente no que se refere ao *corpus* analítico e às fontes.

Em tempo, é preciso ainda apresentar uma razão exógena à produção acadêmica para a escolha temporal. Trata-se de sustentar que, ao optarmos por selecionar os trabalhos produzidos pós-2012, esperamos capturar os efeitos indiretos das ações afirmativas, quais sejam: a ampliação da temática e o aumento da produção sobre as relações raciais nas áreas de humanidades, particularmente nas ciências sociais. Em 2012, a chamada Lei de Cotas foi promulgada, o que garantiu a universalização da política no sistema federal de ensino (tanto nas universidades quanto nos institutos federais). Contudo, fazia já quase uma década que as ações afirmativas existiam em grande parte das universidades públicas estaduais e federais brasileiras.

Sendo assim, o estudo que queira apresentar um panorama da produção sobre a temática racial não pode desconsiderar esse fenômeno na estrutura universitária. Fenômeno esse que mudou significativamente o perfil docente das instituições de ensino superior (IES) e, em menor proporção, o quadro discente dos cursos de pós-graduação. Ainda nesse campo, deve-se notar que a implementação das ações afirmativas nos programas de pós-graduação também criou condições para que mais estudantes negros(as) pudessem realizar pesquisas acadêmicas. Note-se, no entanto, que não estamos sugerindo que estudantes negros(as), necessariamente, têm tratado da questão racial. Apenas indicamos que a politização das ações afirmativas e o estabelecimento das políticas no âmbito da graduação e da pós-graduação geraram mudanças no perfil discente e, também, no perfil das demandas por investigações acadêmicas. No conjunto, tais mudanças podem ter repercutido na produção sobre as relações raciais (diversificação e aumento). Produção essa não apenas realizada por estudantes beneficiários da reserva de vagas — negros, indígenas, quilombolas e outras categorias —, mas também pelos demais estudantes e docentes brancos(as), que antes não tratavam da questão racial.

Cabe, por fim, expor em breves linhas a estrutura deste artigo. Além desta introdução, contamos com uma segunda seção do texto dedicada à análise da distribuição dos artigos publicados e dos trabalhos apresentados de acordo com os subtemas e com os estados brasileiros de vínculo das autorias. Nas seções seguintes, dedicamo-nos à análise da produção sobre ações afirmativas e sobre gênero/sexualidade. Por fim, apresentamos as conclusões, sublinhando os achados deste balanço e acenando para pesquisas futuras.

AMPLIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO CONTÍNUAS NO CAMPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS

Nesta seção, analisamos a produção no campo das relações raciais recorrendo aos artigos publicados nos periódicos com melhor avaliação no *Qualis* Periódicos (A), nas disciplinas que integram as ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política), disponíveis no SciELO, de 2014 a 2018. Campos, Lima e Gomes (2018) e Campos e Gomes (2016) realizaram um estudo com esse desenho de pesquisa, mas mais abrangente, tratando de um período maior (1994 a 2013), e é nosso propósito dar continuidade a essa linha de investigação. A nossa opção foi utilizar o mesmo recorte e designações similares para os subtemas abordados, de maneira a permitir a comparabilidade dos resultados.³ Ao analisar os artigos sobre a temática racial publicados nesses periódicos, destacaremos a variação que ocorreu no que diz respeito à quantidade e à diversidade de temas abordados, em relação ao período anterior (1994 a 2013), com atenção especial para o último quinquênio (2009–2013).

Em seguida, procedemos à análise dos trabalhos apresentados por pesquisadores docentes e estudantes de pós-graduação em quatro edições do Congresso Brasileiro de Sociologia, que ocorreram em 2013, 2015, 2017 e 2019, assim como em oito edições dos encontros anuais da Anpocs, realizados de 2012 a 2019. A nossa escolha por analisar

os trabalhos apresentados nos GTs, que tratam da temática racial nesses eventos acadêmicos, deveu-se ao fato de que esses são espaços para a divulgação e o compartilhamento de pesquisas em andamento, muitas delas feitas por pesquisadores(as) que estão no início da sua trajetória acadêmica, o que inclui estudantes de pós-graduação, pessoas tituladas e docentes.

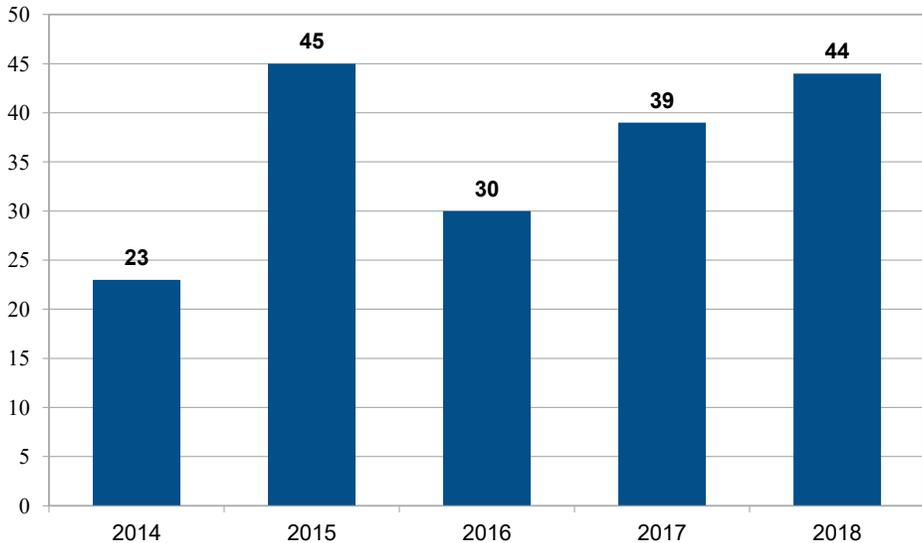
OS ARTIGOS PUBLICADOS (2014–2018)

Segundo a nossa análise, de um total de 5.211 artigos publicados nos periódicos selecionados, de 2014 a 2018, 181 se situavam no campo de estudos das relações raciais, o que corresponde a aproximadamente 3,5% do total geral de publicações disponíveis no SciELO. Inicialmente, cabe destacar que houve um intenso crescimento da quantidade de publicações nesse período de cinco anos no campo de estudos das relações raciais, uma vez que nos 20 anos anteriores o total de publicações foi de 266 (4,7% do total geral). Essa elevação fica ainda mais evidente quando consideramos a quantidade de publicações anuais nos dois períodos: esta passou de 13 artigos por ano, de 1994 a 2013, para 36 artigos por ano, de 2014 a 2018, isto é, obteve um aumento de cerca de 300% (Gráfico 1).

O decréscimo relativo na produção no campo de estudos das relações raciais, mesmo com o grande crescimento em termos absolutos, no quinquênio analisado, pode

3 Agradecemos ao professor Luiz Campos (Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ) a disponibilização do banco de dados contendo a descrição detalhada dos artigos incluídos no *corpus*, imprescindível para a realização dessa parte do trabalho de pesquisa. Agradecemos, ainda, a Yuri Brito (doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília – PPGSOL/UnB), Cláudia Monteiro Fernandes (doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – PPGCS/UFBA) e Rosana Pereira (licencianda em ciências sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB) pela sistematização das informações e pela elaboração de gráficos, tabelas e mapas, e a Isabel Ângela dos Santos Matos pela normalização do texto.

Gráfico 1 – Artigos publicados sobre relações raciais por ano (2014–2018).



Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.
Elaboração dos autores.

indicar que a produção global de artigos nos periódicos selecionados disponíveis no SciELO aumentou mais ainda nesse período. A continuidade das pesquisas permitirá trazer mais detalhes sobre a dinâmica existente no campo por meio da análise dos artigos publicados nos periódicos considerados de melhor qualidade nas ciências sociais.

Para conhecer melhor os 181 artigos publicados nos periódicos selecionados, recorreremos à categorização de acordo com os temas abordados, a partir da leitura dos resumos e das palavras-chave. A Tabela 1 apresenta os 17 subtemas que foram considerados principais, e não secundários, nos artigos publicados.

Em relação aos subtemas com mais publicações, “Gênero e sexualidade” se destaca com o maior número (45), correspondendo a aproximadamente 25% (24,9) do total; seguido por “Intelectuais” (28 artigos; 15,5%); “Cultura e identidade” (17; 9,4%); “Ações afirmativas” (14; 7,7%); e “Educação” (11; 6,1%). Esse resultado confirma a tendência de elevação constante da quantidade de textos que abordam as relações entre gênero e raça, no período de 1994 a 2013, que se intensificou de 2004 a 2008 e, mais ainda, de 2009 a 2013 (Campos; Lima; Gomes, 2018).⁴

Vale ressaltar que o fato de periódicos voltados, especificamente, para as questões

⁴ No período de duas décadas, a proporção de textos sobre gênero e raça era de 24,1% do total, mas quando foram analisados cada um dos quatro quinquênios separadamente, ficou evidente que nos dois primeiros as proporções eram mais baixas (3 e 4%), crescendo muito nos dois últimos (10 e 11%).

Tabela 1 – Artigos publicados sobre relações raciais, de acordo com o subtema (2014–2018).

Temas	n	%
Gênero e sexualidade	45	24,9
Intelectuais	28	15,5
Cultura e identidade	17	9,4
Ações afirmativas	14	7,7
Educação	11	6,1
Movimentos sociais	11	6,1
Política, Estado e Nação	10	5,5
Imigração e relações internacionais	8	4,4
Racismo e discriminação	7	3,9
Trabalho	7	3,9
Religião	6	3,3
Desigualdade, classe e estratificação	5	2,8
Família e afetividade	3	1,6
Saúde	3	1,6
Segurança pública, crime e violência	3	1,6
Classificação racial	2	1,1
Política social	1	0,6
Total	181	100,0

Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.
Elaboração dos autores.

de gênero terem sido incluídos na lista daqueles analisados foi importante para que o resultado anterior fosse alcançado. O que, por sua vez, indica a pujança existente no campo de estudos de gênero, com a qual tem contribuído o aumento da literatura sobre a intersecção entre gênero e raça: *Cadernos Pagu* constava no estudo anterior que analisou o período de 1994 a 2013; e *Revista Estudos Feministas* também foi incluída na nossa análise do período de 2014 a 2018.

Merece destaque que os textos sobre “Intelectuais” estão em maior evidência na produção mais recente: segundo lugar no total de artigos publicados, de 2014 a

2018, quando estava em sétima posição nos 20 anos anteriores, um crescimento que se acentuou em 2018, conforme mostra a Tabela 2. Os dossiês temáticos criados nesses periódicos importantes das ciências sociais têm contribuído para dar visibilidade e estimular o debate sobre diversos subtemas com grande presença no campo de estudos das relações raciais. O dossiê temático “Decolonialidade e perspectiva negra”, organizado por Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016), é um bom exemplo desse tipo de iniciativa, que reuniu diversos artigos sobre a abordagem decolonial, incluindo textos com forte interface com os estudos de

Tabela 2 – Artigos publicados sobre relações raciais, de acordo com o subtema, por ano (2014–2018).

Tema	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Gênero e sexualidade	6	8	9	14	8	45
Intelectuais	2	6	5	3	12	28
Cultura e identidade	2	2	1	5	7	17
Ações afirmativas	2	5	2	3	2	14
Educação	2	3	1	2	3	11
Movimentos sociais	–	4	2	2	3	11
Política, Estado e Nação	1	3	1	3	2	10
Imigração e relações internacionais	3	3	–	1	1	8
Racismo e discriminação	–	4	1	2	–	7
Trabalho	2	3	–	1	1	7
Religião	–	–	2	2	2	6
Desigualdade, classe e estratificação	–	2	3	–	–	5
Família e afetividade	1	1	–	–	1	3
Saúde	–	1	1	–	1	3
Segurança pública, crime e violência	1	–	2	–	–	3
Classificação racial	–	–	–	1	1	2
Política social	1	–	–	–	–	1
Total	23	45	30	39	44	181

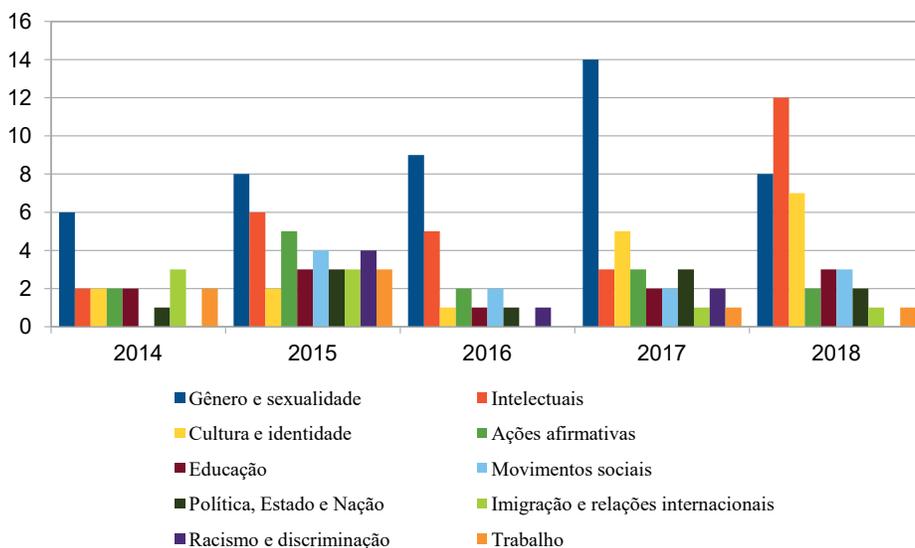
Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.
Elaboração dos autores.

gênero, tais como o artigo de Patrícia Hill Collins (2016), “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. Outro dossiê importante no período analisado é “Feminismo e antirracismo”, organizado por Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel, que reuniu textos sobre ações afirmativas, gênero e feminismo, e incluiu o texto de bell hooks, “Mulheres negras: moldando a teoria feminista” (2015a). Cabe destacar que, além dos dossiês, existem, ainda, as publicações isoladas, tanto na revista *Sociedade e Estado*

(Bernardino-Costa, 2018) quanto na *Revista Brasileira de Ciência Política* (Oliveira, 2016; Campos; Machado, 2015).

A comparação da distribuição dos artigos publicados em cada um dos subtemas, por ano, permite notar que a presença dos textos sobre gênero e sexualidade cresce de 2014 a 2017, ano em que alcança o máximo (14), e decresce apenas em 2018 (8), conforme o Gráfico 2. A distribuição dos artigos sobre intelectuais é um pouco mais irregular nesse período, mas dispara em 2018, quando se torna o subtema com mais publicações

Gráfico 2 – Artigos publicados sobre relações raciais, por subtemas principais (2014–2018).



Fonte: Periódicos SciELO – ciências sociais, *Qualis A*.
Elaboração dos autores.

(12). No caso de cultura e identidade, as publicações se mantiveram com números menores em 2014 (2), 2015 (2) e 2016 (1), quando comparados a 2017 (5) e 2018 (7). Os artigos sobre ações afirmativas cresceram mais em 2015 (5) em comparação aos demais anos, quando o número de publicações se manteve constante.

Embora o leque temático continue amplo, a concentração da produção recente em alguns temas, apontada em estudos anteriores, permanece, embora continue perdendo força a polarização entre os estudos sobre cultura e identidade, por um lado, e os estudos sobre estratificação e desigualdade, por outro lado, que caracterizou o campo das relações raciais nas décadas anteriores aos anos de 1990 (Hofbauer, 2006) — os estudos sobre cultura e identidade aparecem na terceira posição na quantidade de textos publicados

de 2014 a 2018, enquanto nas duas décadas anteriores estavam em primeiro lugar; e os estudos sobre desigualdade, classe e estratificação aparecem na décima segunda posição, no mesmo período, enquanto nas duas décadas anteriores estavam em terceiro lugar. É digno de nota que apenas cinco artigos tenham sido publicados sobre desigualdade, classe e estratificação no período analisado, dois em 2015 e três em 2016, e que nos demais anos não houve publicação sobre esse subtema. Em certa medida, é possível sugerir que muitos pesquisadores que vinham investigando as desigualdades tenham passado a estudar as ações afirmativas, política pública que é entendida no campo como formas de combate às desigualdades raciais.

Em suma, os resultados confirmam as tendências à maior pulverização temática, em lugar da polarização entre dois temas

principais, com a grande expansão dos estudos sobre a intersecção entre gênero e raça, assim como de estudos sobre outros temas, tais como “Intelectuais” e “Ações afirmativas”, apontados no estudo realizado por Campos e Gomes (2016) e por Campos, Lima e Gomes (2018).

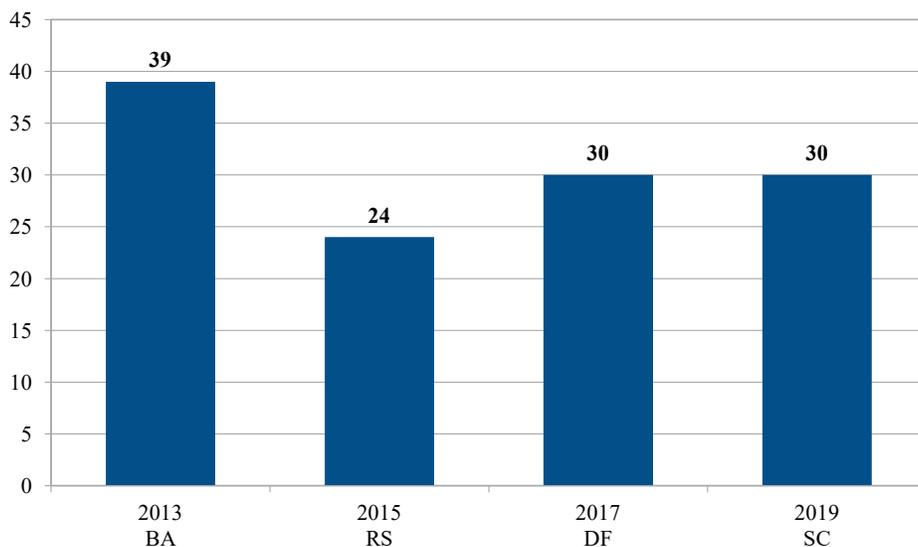
OS TRABALHOS APRESENTADOS NOS CONGRESSOS BRASILEIROS DE SOCIOLOGIA E NOS ENCONTROS ANUAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Em cada uma das edições dos Congressos Brasileiros de Sociologia foram selecionados, em média, 30 trabalhos em um dos GTs que trata do assunto. Totalizando, pois,

123, que são parte da produção emergente no campo de estudos das relações raciais que, mesmo sem estar ainda consolidada, aponta para o futuro (Gráfico 3).

Em relação aos subtemas desses trabalhos, a Tabela 3 mostra que “Ações afirmativas” é aquele que mais se destaca, com 20 trabalhos. Outros subtemas com grande número de trabalhos são: “Educação” (16); “Cultura e identidade” (15); “Política, Estado e Nação” (13); “Racismo e discriminação” (9); “Trabalho” (8); “Gênero e sexualidade” (6); e “Movimentos sociais” (6). É digno de nota que o número de trabalhos sobre “Desigualdade, classe e estratificação” tenha sido muito reduzido (4) quando comparado aos demais temas citados, assim como verificamos que ocorreu no caso dos artigos publicados.

Gráfico 3 – Trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Sociologia (2013–2019).



BA: Bahia; RS: Rio Grande do Sul; DF: Distrito Federal; SC: Santa Catarina.

Fonte: Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia.

Elaboração dos autores.

**Tabela 3 – Trabalhos em Congressos Brasileiros de Sociologia,
Grupo de Trabalho Relações raciais (2013–2019).**

Temas	n	%
Ações afirmativas	20	16,3
Educação	16	13,0
Cultura e identidade	15	12,2
Política, Estado e Nação	13	10,6
Racismo e discriminação	9	7,3
Trabalho	8	6,5
Gênero e sexualidade	6	4,9
Movimentos sociais	6	4,9
Intelectuais	5	4,1
Saúde	5	4,1
Terra e território	5	4,1
Desigualdade, classe e estratificação	4	3,3
Segurança pública, crime e violência	4	3,3
Política social	3	2,4
Mídia e comunicação	2	1,6
Classificação racial	1	0,7
Meio ambiente	1	0,7
Total	123	100,0

Fonte: Anais dos Congressos Brasileiros de Sociologia.
Elaboração dos autores.

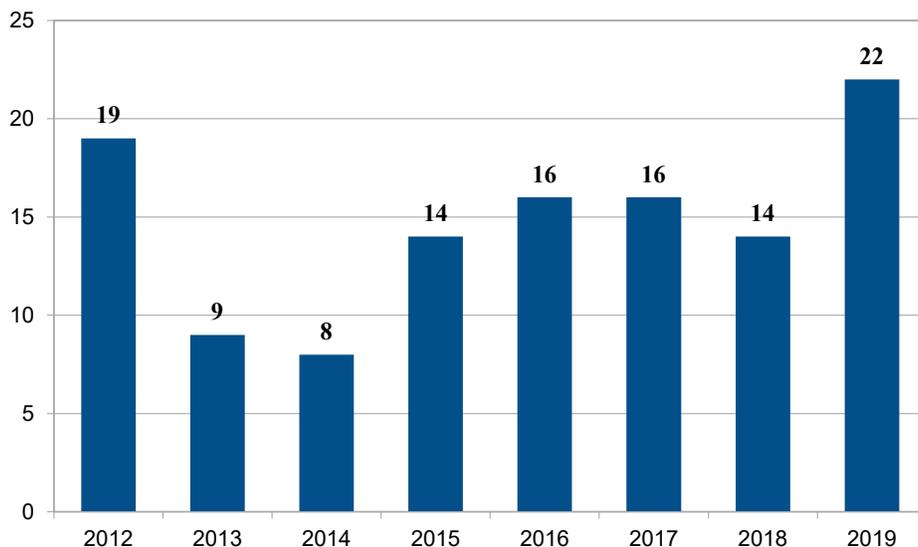
Em relação aos trabalhos apresentados em oito edições dos encontros anuais da Anpocs, de 2012 a 2019, foram selecionados 118, considerando os Simpósios de Pesquisa Pós-Graduada (SPGs) e os STs (Gráfico 4).

Em relação aos subtemas desses trabalhos, a Tabela 4 mostra que, novamente, o subtema “Ações afirmativas” é o que tem o maior número de trabalhos (22) nos encontros anuais da Anpocs. Esse resultado converge com aquele encontrado em outro estudo que analisou os trabalhos apresentados nos congressos da Anpocs entre 1994 e 2013

(Campos; Gomes, 2016; Campos; Lima; Gomes, 2018). Reiterando que, apesar de não ser recente, as PAA continuam a ser um dos objetos de pesquisa mais importantes no campo de estudos das relações raciais.

Outros subtemas com grande número de trabalhos são “Cultura e identidade” (15); “Política, Estado e Nação” (10); “Segurança pública, crime e violência” (9); e “Trabalho” (8). O número de trabalhos sobre “Desigualdade, classe e estratificação”, novamente, foi pequeno (5) quando comparado aos demais temas citados.

Gráfico 4 – Trabalhos apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (2012–2019).



Fonte: Anais dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Elaboração dos autores.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS AUTORIAS DE ARTIGOS E TRABALHOS NO CAMPO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS

Além de analisar a distribuição de acordo com os subtemas, é muito importante saber quem são os autores e as autoras que publicaram nos periódicos selecionados e que apresentaram trabalhos nos encontros anuais da Anpocs (e nos Congressos Brasileiros de Sociologia). A quantidade total de autores do *corpus* é maior do que a quantidade de artigos e de trabalhos, porque alguns deles foram feitos em coautoria.

Ao analisar a distribuição das autorias dos artigos publicados, de acordo com os estados onde têm vínculo institucional, os resultados apresentados no Mapa 1 mostram

que Rio de Janeiro e São Paulo concentram a maior quantidade de autores (18 a 44), seguidos por Rio Grande do Sul e Distrito Federal (9 a 18), Bahia e Minas Gerais (6 a 9), e Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Goiás, Paraná e Santa Catarina (1 a 6). Os demais estados não tiveram autores de publicações no período. Portanto, fica evidente a concentração da maior parte dos autores e das autoras em seis estados brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Bahia e Minas Gerais. No entanto, é digno de nota que, embora em menor quantidade, autores e autoras de outros sete estados — do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sul — também publicaram no período analisado. Tal resultado confirma aquele encontrado no estudo sobre a produção no campo de estudos das relações raciais de 1994 a 2013, que

Tabela 4 – Trabalhos em encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Seminários de Trabalho e Simpósios de Pesquisa Pós-Graduada sobre relações raciais (2012–2019).

Temática	Total	%
Ações afirmativas	22	18,6
Cultura e identidade	15	12,7
Política, Estado e Nação	10	8,5
Segurança pública, crime e violência	9	7,6
Trabalho	8	6,8
Classificação racial	7	5,9
Educação	7	5,9
Desigualdade, classe e estratificação	5	4,3
Movimentos sociais	5	4,3
Racismo e discriminação	5	4,3
Saúde	5	4,3
Política social	4	3,4
Gênero e sexualidade	3	2,5
Imigração e relações internacionais	3	2,5
Intelectuais	3	2,5
Terra e território	3	2,5
Família e afetividade	2	1,7
Religião	2	1,7
Total	118	100,0

Fonte: Anais dos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Elaboração dos autores.

destacou que havia concentração dos artigos publicados em algumas instituições públicas de ensino superior (Universidade de São Paulo – USP; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Universidade Federal da Bahia – UFBA; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade de Brasília – UnB; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

situadas nesses estados (Campos; Gomes, 2016).

Ao analisar a distribuição das autorias dos trabalhos apresentados nos encontros anuais da Anpocs, de acordo com os estados da federação onde têm vínculo institucional, os resultados apresentados no Mapa 2 não deixam dúvidas acerca da centralidade dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde encontramos a maior quantidade de autores (16 a 31), seguidos por Minas Gerais,

Distrito Federal, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul (4 a 16), e, por último, Santa Catarina, Paraná, Sergipe, Pernambuco, Ceará e Maranhão (1 a 4). Os demais estados não tiveram autores de trabalhos no período.⁵

Essa concentração da produção em alguns estados da região Sudeste, tais como Rio de Janeiro e São Paulo, não é nova e pode ser explicada por vários fatores, a começar pela tradição de estudos e de centros de pesquisas sobre as questões raciais. Tradição que data desde os anos 1950, com as pesquisas em torno do projeto Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a criação de centros como o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), na Universidade Cândido Mendes, e o Centro de Estudos Africanos (CEA), na USP. No Nordeste, a Bahia se destaca pela criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), ligado à UFBA.

Outro aspecto a ser destacado é a persistente concentração dos programas de pós-graduação em ciências sociais no eixo Rio-São Paulo, no âmbito dos quais ocorrem as pesquisas que resultam em artigos publicados e em trabalhos apresentados por autores(as) com vínculo institucional nesses estados. É importante lembrar que a elevação da quantidade de publicações no campo de estudos das relações raciais é parte do crescimento das publicações em ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política) e na área de humanidades, que está diretamente relacionado ao aumento da quantidade de cursos de pós-graduação em ciências sociais e/ou nas três disciplinas, que ocorreu no período analisado.

Há que se levar em conta também o peso das discussões raciais, tanto para a construção das identidades regionais quanto para o modo como se modulou a identidade nacional, o que é relevante, por exemplo, em estados como a Bahia e o Rio de Janeiro. Seja como for, essa situação tende a se alterar rapidamente nos próximos anos. A ampliação recente do sistema universitário público, sobretudo federal, com a consequente ampliação da pós-graduação em outras partes do Brasil, tende a levar à maior diversificação regional da produção acadêmica sobre a questão racial, como podemos observar nos destaques do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal na produção aqui analisada.

Nas próximas duas seções, focalizamos os conteúdos dos artigos publicados sobre dois subtemas que se destacaram, de 2014 a 2018: “Ações afirmativas” e “Gênero e sexualidade”. A partir da leitura dos resumos e das palavras-chave, vamos apresentar uma síntese das abordagens, dos desenhos de pesquisa e dos resultados encontrados.

A nossa escolha por focalizar ações afirmativas, assunto abordado pelo maior número de trabalhos apresentados, e gênero e sexualidade, objeto do maior número de artigos publicados, deve-se ao fato desses serem temas emergentes. O primeiro teve a sua produção alargada a partir de 2002, com as primeiras iniciativas de criação de reserva de vagas nas universidades públicas brasileiras. A partir daí, cresceu a produção sobre o acesso ao ensino superior, os significados das ações afirmativas no campo jurídico e as experiências de implementação das cotas raciais. Já os estudos sobre gênero

5 A análise da distribuição das autorias dos trabalhos apresentados nas quatro últimas edições dos Congressos Brasileiros de Sociologia, de acordo com os estados da federação onde têm vínculo institucional, está em andamento, assim como a análise da distribuição de artigos e trabalhos de acordo com os subtemas, o tipo de vínculo institucional, a formação em programas de pós-graduação, o gênero e a raça.

e sexualidade, esses têm se desenvolvido em compasso com as lutas feministas no país. Pode-se afirmar que, sobretudo nos últimos 25 anos, há um acúmulo de capital simbólico e científico incontestável, merecendo destaque na produção acadêmica recente, especialmente a abordagem interseccional que se apresenta como tema de interesse acadêmico nos âmbitos nacional e internacional.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS APÓS A LEI DE COTAS: O QUE INTERESSA À PRODUÇÃO ACADÊMICA?

As PAA têm sido um dos temas de destaque na produção acadêmica no campo das relações raciais, desde meados dos anos 1990 e, mais ainda, depois do início da implementação de reserva de vagas para o acesso aos cursos de graduação de algumas universidades públicas brasileiras, em 2002. Uma década depois, com a promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) e com várias outras medidas que se seguiram, tais como o julgamento sobre a (in)constitucionalidade das cotas, a expansão da reserva de vagas para os cursos de pós-graduação e a implementação das bancas de heteroclassificação, cresceu mais ainda o interesse pelo assunto.

Em um balanço anterior da produção acadêmica recente, Barreto *et al.* (2017) destacaram que no que diz respeito às PAA, existem caminhos analíticos diversos, que se abriram como resultado da atuação dos movimentos negros (Rios, 2014). O impacto dessas políticas para as transformações estruturais e para a construção de identidades foi examinado por diversos trabalhos (Guimarães, 2004; Santos; Lobato, 2003; Vieira, 2003; Bernardino-Costa, 2002), e a constitucionalidade delas foi objeto de reflexão (Souza Neto; Feres Júnior, 2008; Abreu, 1999). As políticas de inclusão e

de acesso ao ensino superior (Mendes Junior, 2014; Santos; Souza; Sasaki, 2013), as ações voltadas para o apoio à permanência (Vieira; Vieira, 2010), as iniciativas existentes nas instituições privadas (Lima, 2013a), assim como a realização de estudos de caso em IES que adotaram PAA (Santos, 2013; Brandão, 2007), são exemplares da multiplicidade de interesses dos autores e das autoras que têm se dedicado às pesquisas sobre as políticas voltadas para o combate ao racismo, especialmente na educação superior brasileira.

Para esta seção, no conjunto, analisamos 56 títulos e resumos (14 artigos publicados e 42 trabalhos apresentados em encontros e congressos). No que diz respeito aos artigos publicados nos periódicos selecionados, uma das características da produção recente sobre as PAA é que nela são evidenciados os dissensos existentes na comunidade acadêmica em relação a tais políticas. Os argumentos contrários à criação destas, especialmente quando utilizam critérios raciais para a escolha dos beneficiários, já podiam ser encontrados nos ensaios publicados, de meados da década de 1990 até meados dos anos 2000, e continuam presentes na literatura mais recente. Por exemplo, Frederico (2016) se referiu aos “*problemáticos resultados*” das PAA, convidando os leitores a rever a crítica ao universal, que é um ponto de partida do multiculturalismo. Segundo ele, as PAA com ênfase no particular, muitas vezes, chocam-se com os interesses universais, e enquanto a inclusão social objetiva a reparação de injustiças, a justiça focada no particular abre cisões no interior da sociedade, provocando o acirramento do preconceito.

Em outro artigo que sistematizou as posições divergentes existentes no debate sobre as PAA, os autores mostraram que havia, por um lado, os críticos da política que

acreditavam que esta implicava em uma perigosa “opção pela promoção da raça e pelo multiculturalismo”, ou que “pretende resolver graves questões a partir da estratégia dos particularismos”, ou ainda a argumentação de que as PAA celebram de modo “equivocado as supostas diferenças raciais no multiculturalismo e na diversidade”. De outro lado, os defensores das PAA entendiam a importância da introdução de novas práticas no ensino superior em uma perspectiva multiculturalista (Campos; Feres Júnior, 2014). Para os autores, a questão central era a premissa de que a ação afirmativa é uma medida baseada em uma concepção de justiça essencialmente multiculturalista e, desse ponto de vista, o objetivo da política é reconhecer e valorizar as diferenças culturais.

Nessas publicações ficou nítido que as teorias multiculturalistas continuam sendo objetos de discussão, especialmente nos ensaios sobre as políticas afirmativas adotadas no Brasil, como se observa no artigo que analisa as políticas multiculturais de acordo com Will Kymlicka (Campos; Feres Júnior, 2014). O ensaio parte da seguinte pergunta: podemos considerar as ações afirmativas com recorte racial adotadas no Brasil a partir de 2003, políticas multiculturais? O debate apresentado é construído com base na análise das justificativas das ações afirmativas nos principais contextos discursivos institucionais em que foi tema no Brasil:

- a narrativa nacional e o debate da democracia racial;
- a Constituição brasileira;
- o discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o primeiro a reconhecer publicamente que o Brasil é um país racista;
- as justificativas das PAA nos casos da UERJ e da UnB;
- o discurso na mídia; e

- a decisão do Supremo Tribunal Federal, em 2012.

Os textos com apresentação de resultados de pesquisas empíricas se fizeram muito mais presentes na produção recente sobre as PAA, fazendo com que aumentasse a diversidade interna, tanto em termos teóricos quanto metodológicos. A produção de evidências empíricas, por exemplo, sobre o desempenho dos estudantes beneficiados pela reserva de vagas em IES selecionadas, adquiriu importância crescente na argumentação em defesa das PAA, ocorrendo inclusive o aumento das investigações sobre a pós-graduação.

Chama a atenção que se tornou mais frequente a abordagem transversal de outros subtemas importantes no campo de estudos das relações raciais, tais como “Desigualdade, classe e estratificação” e “Gênero e sexualidade”. Por exemplo, Rosemberg e Andrade (2008) recorreram a dados secundários para analisar as desigualdades de gênero e raça em educação, mostrando que estas não são cumulativas, e, em razão disso, sugeriram a utilidade do conceito de não sincronia. Com base nessa reflexão é que os(as) autores(as) analisaram os resultados de um programa de ação afirmativa de apoio à formação em cursos de pós-graduação, que recrutou ao longo do tempo mais mulheres negras do que homens negros. A relação entre as desigualdades interseccionais (raça, classe e gênero) e as PAA continua sendo objeto de investigação em estudos recentes (Fernandes, 2019; Barreto, 2015). Outro artigo analisou o quadro da desigualdade de chances no acesso ao ensino superior de jovens de 18 a 29 anos, segundo raça e renda, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (1993, 1998, 2003 e 2011) e da análise das razões de chances

(Picanço; 2015). Houve, ainda, os autores que recorreram aos Microdados dos Censos de 2000 e 2010 para construir o perfil dos estudantes que frequentavam cursos de graduação no país e analisar as suas diferentes áreas de formação. Os resultados mostraram que houve aumento do acesso à graduação para a população negra, mas persistiram as desvantagens desse segmento quando comparado ao conjunto da população brasileira (Artes; Ricoldi, 2015).

As publicações recentes que apresentam resultados de pesquisas empíricas com abordagem qualitativa focalizaram as experiências dos estudantes e das IES e, por isso mesmo, formam um conjunto muito variado internamente. Os significados e experiências associados ao ser negro(a); as percepções do racismo, tais como preconceito, discriminação e desigualdades raciais; as opiniões e os relatos sobre as PAA; e, no caso dos(as) estudantes negros(as), as experiências como “cotistas”, ou bolsistas, nas IES públicas e privadas, tornaram-se objetos desse tipo de investigação empírica. Exemplos dessa abordagem são os dois estudos da UFRGS, situada na região brasileira com o maior percentual de brancos (Sul, 73,2%) na população (IBGE, 2019). A UFRGS executou a primeira fase do sistema de cotas entre 2008 e 2012. Ao tratar da efetividade da política, os autores mostram que, após a promulgação da Lei nº 12.711/2012, a presença negra na universidade mais que triplicou. Acionando as teorias pós-coloniais, o primeiro artigo problematiza a relação entre a crítica pós-colonial e as ações políticas adotadas com o objetivo de promover a diversidade étnico-racial, usando como dados empíricos o acesso dos estudantes negros autodeclarados (Mello, 2017). Já o outro artigo analisou trajetórias de sucesso de estudantes cotistas em oito diferentes cursos:

biologia marinha, ciências contábeis, direito, educação física, engenharia civil, geografia, letras e medicina veterinária. A pesquisa apresentou também depoimentos de cotistas publicados em jornais de Porto Alegre, dados de outras investigações e relatórios da UFRGS. Segundo os autores, as PAA foram entendidas como uma *ocupação* com o sentido de democratizar um reduto que foi apropriado por uma minoria privilegiada, e que necessita adquirir seu caráter público (Oliveira; Bello, 2017).

Ainda com foco no Sul do Brasil, outro artigo analisou as atitudes raciais em relação às PAA entre universitários brancos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), colocando no centro da análise a branquitude, que é um conceito emergente na produção mais recente no campo. O estudo apontou que apenas 6% dos entrevistados brancos concordam que é importante ter uma política de cotas para negros na UFSC, associando tal resultado ao fato de os entrevistados serem afetados pela “conveniência social” (Vidigal, 2018).

Outro artigo que também utiliza o experimento de lista — que consiste no *questionamento indireto* para medir opiniões — focaliza as experiências particulares de discentes da UnB, Distrito Federal, retomando o debate sobre a raça como critério de admissão à universidade (Turgeon; Chavez; Wives, 2014). Neste trabalho, os autores buscaram mensurar a opinião dos discentes acerca da reserva de vagas com base no critério racial. Segundo os resultados, os estudantes afrodescendentes e indígenas apoiaram fortemente (68,38%) as cotas quando tiveram privacidade nas respostas, mas na pergunta direta, a aprovação foi muito menor (29%).

Destaca-se, ainda, na produção recente sobre as PAA, o uso da comparação

internacional, ou mesmo a atenção exclusiva para as experiências de outras sociedades, que não a brasileira, cuja publicação se deu por meio de dossiês. Exemplos são os artigos sobre os Estados Unidos (Lempert, 2015) e a Índia (Feres Júnior; Daffon, 2015). No primeiro, foram apresentados os antecedentes históricos e o *status* legislativo das ações afirmativas no ensino superior estadunidense e as suas “controvérsias empíricas” sobre as consequências educacionais da política para os seus beneficiários, particularmente os negros. O segundo artigo trata das trajetórias históricas das PAA na Índia e no Brasil observando que, embora distintas e apesar das diferenças que caracterizam cada uma dessas sociedades, os argumentos levantados por acadêmicos contrários a essa política nos dois países foram idênticos ou, pelo menos, análogos. No trabalho, os autores analisaram os argumentos contrários às PAA e os classificaram segundo o modelo de Albert Hirschman em “A retórica da intransigência”, quais sejam: a perversidade, a futilidade e a ameaça. E ressaltaram que argumentos dessa natureza operam para regredir o debate acerca da discriminação e da exclusão social.

É digno de nota que, embora em menor número, também tivemos publicações tratando de outros segmentos da população — povos indígenas — ou de outros níveis de formação superior — a pós-graduação. Um artigo abordou a especificidade da questão indígena e apresentou um relato de um projeto de intervenção, desenvolvido por um Grupo de Pesquisa vinculado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional (UFRJ), no fomento às ações afirmativas para o acesso, a permanência e o sucesso educacional de estudantes indígenas na universidade (Lima, 2018). O Museu Nacional também foi o lócus de pesquisa de outro artigo que analisou as PAA instituídas

na pós-graduação em antropologia social. O trabalho pretendeu ampliar a literatura sobre o tema, que ainda é escassa, e analisar a formulação e a implementação dessa política de forma crítica. O artigo sustentou a necessidade de elaboração de políticas de permanência para os cotistas da pós-graduação (Venturini, 2017), tema que também apareceu nos congressos analisados.

A análise dos trabalhos apresentados em congressos da Anpocs e da SBS permite ampliar mais ainda o olhar sobre a produção recente que trata das PAA. Inicialmente, chama a nossa atenção a grande variedade de trabalhos com apresentação de resultados de pesquisas empíricas, tratando, por exemplo, de estudos de caso em IES selecionadas, situadas em distintas regiões do país, tais como Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)/Universidade Federal Fluminense (UFF), UFMG, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do ABC (UFABC), Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), Universidade Federal do Ceará (UFC), UFBA, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), UFSC e UFRGS. A avaliação dos impactos e o acompanhamento dos modos de implementação da Lei nº 12.711, com estudos sobre desempenho e sobre as alterações no perfil da população de estudantes, foram objetos de diversos trabalhos.

Assim como ocorreu no caso dos artigos analisados, entre os trabalhos apresentados também observamos a abordagem transversal de outros subtemas, como “Desigualdade e estratificação” e “Gênero e sexualidade”. Como exemplos, podemos citar o trabalho que analisou as percepções de 160 negros cariocas sobre a política de cotas raciais, considerando a influência de classe e gênero (Lerner, 2015), e o trabalho que analisou a

importância das políticas de reserva de vagas no Brasil para o avanço dos estudos de gênero, recorrendo a teorias críticas decoloniais (Silva; Araújo, 2019).

A produção recente sobre as PAA, capturada por meio dos trabalhos apresentados em congressos, permitiu-nos, ainda, identificar questões e perguntas de pesquisa distintas daquelas que emergiram nos artigos publicados. Uma delas é a que trata da permanência dos estudantes nas IES, objeto de estudo, por exemplo, de um trabalho que analisou as trajetórias de nordestinos egressos das PAA nas IES públicas, de 2003 a 2018. Segundo a autora, a permanência deve ser compreendida tanto no sentido material, como recursos para as despesas relacionadas à vida universitária, quanto no sentido simbólico, como sociabilidade e participação política e acadêmica dentro do *campus* (Santos, 2019). Essa abordagem propõe ampliar os entendimentos sobre os impactos das PAA, de maneira a incluir não apenas as trajetórias acadêmicas, mas também as trajetórias profissionais das pessoas que concluíram os cursos de graduação e de pós-graduação. E tem impulsionado a realização de pesquisas empíricas que, por exemplo, analisam as trajetórias e realizam entrevistas com estudantes negros e negras, egressos das PAA em universidades brasileiras e residentes em diferentes regiões do país, abordando temas como família, trajetórias escolares, sociabilidade, participação política, experiências no mundo do trabalho e continuidade da vida acadêmica (Jesus *et al.*, 2019).

A análise dos trabalhos apresentados em congressos nos permitiu, ainda, apontar os seguintes subtemas que não estavam presentes entre os artigos analisados:

- as PAA para o ingresso na Administração Pública. Como exemplos, podemos citar o trabalho que tratou dos limites

e dos obstáculos da política de reserva de vagas para pretos e pardos no serviço público, que analisou criticamente o Projeto de Lei (PL) nº 6.738/2013 (Silveira, 2016), e aqueles que analisaram a presença de docentes negros(as) na carreira docente em instituições públicas de ensino superior (Artes; Oliveira; Unbehaum, 2017; Mello, 2018);

- as comunidades remanescentes de quilombos, que foram abordadas, por exemplo, em trabalhos que avaliaram as políticas públicas do Programa Brasil Quilombola no município de Pinheiro, no Maranhão (Sampaio, 2016), e que analisaram as percepções de lideranças comunitárias quilombolas sobre o acesso às políticas sociais (Brandão; Jorge; Dalt, 2016);
- as PAA no ensino superior privado, que foi objeto de um trabalho que indagava se havia inclusão ou se tais políticas poderiam ser consideradas desviantes em relação às normas criadas nas instituições públicas (Lima, 2013b); e
- a busca de novos modos de avaliação das ações afirmativas, incorporando os impactos simbólicos dessas políticas sobre os atores sociais por elas afetados (Neves; Faro; Schmitz, 2014).

GÊNERO/SEXUALIDADE NO CAMPO DAS RELAÇÕES RACIAIS OU RAÇA/ETNICIDADE NOS ESTUDOS DE GÊNERO?

Diferentemente de boa parte da produção acadêmica dos finais do século XX, quando os estudos de gênero e os estudos sobre as relações raciais eram relativamente independentes nas ciências sociais, com raras exceções de articulação entre esses dois campos de investigação; no início do século XXI,

especialmente nesta segunda década, vemos transformações em curso que os tornam mais próximos, tanto na teoria quanto na empiria. Sem dúvida alguma, a novidade que se estabeleceu no campo das relações raciais neste último decênio foi a intersecção da categoria raça com a categoria gênero, ou vice-versa, mediada especialmente pela emergência de um conceito novo em nosso vocabulário acadêmico: a interseccionalidade. Em certa medida, essa mudança marca uma inovação expressiva no campo, garantindo que o debate não promova relações artificiais entre os dois conceitos mais antigos (raça e gênero) e permitindo (potencialmente) reflexões epistemológicas nas ciências sociais.

No campo teórico vimos emergir as teorias interseccionais, que influenciaram a produção das ciências sociais brasileiras, especialmente os estudos sobre relações raciais e os estudos de gênero (Piscitelli, 2008; Hirata, 2014; Moutinho, 2014; Rios; Sotero, 2019), mas também observamos movimentos teóricos em direção à aproximação entre as teorias interseccionais e as teorias pós-coloniais e decoloniais (Cardoso, 2014; Bernardino-Costa, 2015), além das reflexões marxistas que buscam diálogo crítico com os estudos de gênero e com o pensamento feminista negro, com o objetivo de reposicionar o debate de classes na teoria social. Um exemplo desse movimento teórico é o texto de Luiz Felipe Miguel (2017), que advoga em favor do binômio capitalismo e patriarcado como dois sistemas de exploração conjugados, reagindo às abordagens interseccionais mais dedicadas às reflexões sobre gênero, raça, sexualidade e etnicidade.

Grande parte dessas transformações (seja como inovação, seja como reação acadêmica) tem a ver com a recepção do conceito anglo-saxão de interseccionalidade, de Kimberle Crenshaw, particularmente com a

tradução do texto “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, pela *Revista Estudos Feministas*, no ano de 2002. A potência do impacto desse artigo só pode ser dimensionada se a inserimos em uma dinâmica maior da recepção nacional do pensamento feminista negro estadunidense, que se intensificou na segunda década do século XXI.

No que toca ainda à tradução da literatura estadunidense, autoras como bell hooks, Angela Davis e Patrícia Hill Collins, além da já citada Crenshaw, tornaram-se referências obrigatórias para boa parte dos estudiosos e das estudiosas do campo das relações raciais, especialmente os que estabeleceram diálogos com os estudos de gênero. A respeito das traduções, ainda que seja pequeno seu número acerca das autoras negras em revistas acadêmicas, no período recortado, merecem destaque: “Manifesto do Coletivo *Combah-ee River*” (Pereira; Gomes, 2019); “Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!”, de Claudia Jones (2017); “Aprendendo com a *outsider within*” (Collins, 2016); e “O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso” (Collins, 2017). Traduções essas que indicam a tendência do campo de tornar conhecidas e mais lidas as autoras negras estadunidenses na academia brasileira, especialmente em revistas dedicadas aos estudos de gênero. A novidade aqui não é exatamente o diálogo e a tradução da literatura estadunidense, já que, como é sabido, os estudos produzidos nos Estados Unidos sobre as relações raciais — o próprio termo “relações raciais” já denuncia a forte influência da sociologia de Chicago — tradicionalmente são recepcionados no Brasil. A grande novidade, então, refere-se à tradução das teóricas negras estadunidenses, até então pouco lidas e pouco

citadas no Brasil.⁶ Novidade também se encontra na maior relevância conferida pelos periódicos dedicados aos estudos de gênero ao campo já conhecido como feminismo negro. Note-se ainda os esforços de coautoria entre os dois países, Brasil e Estados Unidos, formando uma rede ainda tênue, porém expressiva e interessada na circulação de ideias, particularmente aquelas que dão conta das dimensões raciais e de gênero ou, dito de outro modo, do sistema de dominação racial e patriarcal.

De outro lado, mas não em oposição, há a própria maneira como as experiências sociais, as formas de dominação e as identidades coletivas têm sido interpretadas pelas agentes no mundo social. Nesse sentido, pesquisas recentes têm mostrado como a experiência de organizações, coletivos políticos e discursos sobre a realidade tem se valido da interseccionalidade para explicar e interpretar as suas próprias experiências, especialmente entre agentes culturais, movimentos de periferias e coletivos universitários (Medeiros, 2016; Rios, Perez e Ricoldi, 2018), valendo destacar as abordagens que investem nas dimensões metodológicas da pesquisa empírica. Por fim, há que se notar a relevância da temática racial em áreas das ciências sociais que tradicionalmente não abordam esse tema, como é o caso da ciência política. O maior interesse sobre o tema das desigualdades nessa área e, especialmente, a maior demanda dos estudantes negros e das mulheres pelas mudanças curriculares parecem estar influenciando essa área do conhecimento, que precisou responder de forma crítica a tais transformações nas demandas discentes e nas teorias, o que pode ser notado, por

exemplo, no artigo sobre a abordagem interseccional escrito pelos cientistas políticos Flávia Biroli e Luiz Felipe Miguel (2015b). Evidências de mudanças no campo dessa disciplina podem ser localizadas também nas revistas acadêmicas da área — a exemplo da *Revista Brasileira de Ciência Política* — ou, ainda, na diversificação de autores e autoras que assinaram artigos com resumos ou palavras-chave contendo termos do vocabulário dos estudos das relações raciais, a exemplo do conceito de raça.

Essa tendência de crescimento de trabalhos que propiciam o diálogo entre raça e gênero/sexualidade é visível no repositório do SciELO. De 2014 a 2018, foram localizados 45 artigos com temas que articulam as três categorias supracitadas. Embora a quantidade seja expressiva, a se notar pela emergência do tema, é útil lembrar que há pelo menos duas grandes distinções que precisam ser feitas: uma delas é a que marca a centralidade da articulação entre raça e gênero, por um lado; e, por outro lado, aqueles trabalhos que tomam a temática racial de forma marginal, sendo a temática de gênero o ponto centralizador. *Grosso modo*, os artigos que tomam as teorias interseccionais e/ou as teorias decoloniais costumam estabelecer relações mais profícuas entre as duas categorias, gênero e raça. No que se refere à dimensão da raça e da sexualidade, devem-se marcar os esforços de aproximação entre as teorias *queer* e as teorias sobre a questão racial, a exemplo dos artigos “Margeando artivismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde”, de Glauco Batista Ferreira (2015), e “Descolonizar a sexualidade: teoria *queer of colour* e trânsitos para o Sul”, de

6 A tradução de autoras negras dos Estados Unidos no Brasil vinha sendo mais forte na área da literatura, nesta década. No entanto, aumentou a produção de ensaios políticos e de obras acadêmicas, especialmente na área de ciências humanas.

Caterina Alessandra Rea e Izzie Madalena Santos Amancio (2018).

O importante a se sublinhar também nesses estudos que interseccionam raça e gênero, selecionados nesta pesquisa, é o fato de que as reflexões deles não são exclusivamente sobre a realidade brasileira. Não sendo raros os artigos que resultam de pesquisas sobre outros países, tais como Argentina, Colômbia, Chile, Guiné Bissau, África do Sul e Portugal, mostrando que a combinação entre as diferentes categorias tem sido usada por autores e autoras brasileiras para analisar não apenas a realidade nacional. Como exemplo, podemos citar o artigo de Figueiredo e Gomes (2016), que aborda de maneira comparativa os feminismos na Guiné-Bissau e no Brasil. Nesse sentido, podemos sublinhar esses três aspectos da dimensão internacional da produção que tem articulado gênero e raça, quais sejam:

1. a tradução e a recepção de autoras estrangeiras, notadamente dos Estados Unidos, especialmente com o uso da abordagem interseccional;
2. a incorporação de abordagens teóricas latino-americanas, a exemplo dos estudos decoloniais; e
3. o investimento em pesquisas fora do ambiente doméstico, ou seja, que têm como objeto campos empíricos em outros países, e até em outros continentes.

Quando observamos os títulos dos trabalhos aprovados, entre os anos de 2013 e 2019, em um dos GTs específicos sobre relações raciais no Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), temos 123 trabalhos no total, dos quais 19 tratam diretamente da relação entre raça e gênero. Tais propostas versam sobre assuntos clássicos do campo, tais como educação, estratificação social, desigualdades e trabalho, mas também sobre temas mais

recentes, tais como masculinidades negras, subjetividade e afetividade das mulheres negras e saúde reprodutiva.

Esses dados não incluem, por exemplo, os trabalhos apresentados em GTs correlatos, como é o caso do GT Violência, Corpo e Sexualidade: estudos feministas de gênero e/ou raça, presente nos anos de 2017 e 2019. Esse referido GT, embora com trajetória curta, também apresentou crescimento no que se refere aos estudos sobre raça e gênero, e em 2019 foi necessário realizar uma sessão voltada para essa temática, intitulada “Feminismo, Gênero e Raça” (Amaral; Bandeira, 2020). Dos trabalhos apresentados, destaca-se o artigo “Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país” (Mattos; Santos; Mattos, 2019), cujo banco de dados foi formado a partir do BTD da Capes, no período de 1987 a 2017. As autoras localizaram 817 teses e dissertações a partir de uma busca que envolveu 60 descritores, abarcando 120 IES em diversas áreas do conhecimento, além das ciências humanas. Importante notar que os descritores “mulheres negras” e “mulher negra” localizaram 637 dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no período recortado, e mais da metade (do total de 817) foi produzida entre 2010 e 2017 (439). O trabalho de Heloisa Santos e Suzana Mattos também confirma a tendência de crescimento das investigações voltadas para a temática de raça e gênero.

Quando observamos a produção dos encontros da Anpocs, destinada especificamente às relações raciais (ST e SPG), percebemos a relevância da temática raça e gênero nas três áreas principais das ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política). Considerando os STs e os SPGs, foram selecionados 118 trabalhos, no período de 2012

a 2019. Dos 25 trabalhos apresentados no SPG de 2015 a 2019, cinco tinham as temáticas racial e de gênero como eixos centrais. Destaque-se, especialmente, o tema da mulher negra no mercado de trabalho, no ativismo político, na saúde e nas políticas públicas. Vale lembrar que o objetivo central do SPG é discutir as pesquisas, em curso ou finalizadas, de pós-graduandos em ciências sociais ou áreas correlatas interessados na questão racial de modo geral. A proposta de criação do SPG surgiu a partir do crescimento da área de relações raciais nas ciências sociais brasileiras nesta última década, crescimento esse refletido no aumento do número de pesquisadores que submetem trabalhos dessa temática à Anpocs. No período recortado, 105 submissões abrangendo diversas temáticas, clássicas e contemporâneas do campo, foram registradas nessas sessões, mas apenas cinco trabalhos podem ser selecionados por ano, porque o SPG possui apenas uma sessão em cada encontro anual.

No geral, as discussões desses trabalhos versam sobre objetos já consagrados no campo, tais como a identidade negra, a exemplo dos estudos sobre os cabelos e superação de estigma, representação ou mesmo a formação de agência coletiva por meio de organizações e lideranças negras. Os estudos sobre desigualdades raciais na carreira docente, no mercado de trabalho, nos rendimentos e no uso do tempo são campos férteis para as análises sobre disparidades de gênero. Há, todavia, que se notar a presença de estudos sobre a temática do gênero com destaque específico para as representações masculinas, sendo o exemplo mais marcante o tema das masculinidades negras, e também o tema da violência, com discussões sobre o perfil da mortalidade juvenil, marcadamente masculina. Interessante notar que no GT e no ST sobre raça na Anpocs, no período recortado,

não houve nenhum trabalho que discutisse, explicitamente, a temática da sexualidade.

A produção acadêmica aqui analisada parece estar acenando para as novas tendências teóricas e analíticas dos campos de gênero e raça na produção brasileira. E neste aceno, o campo de gênero se tornou mais aberto aos debates sobre relações raciais, em certa medida pela recepção da interseccionalidade como abordagem conceitual. Por sua vez, o campo estritamente das relações raciais também se tornou mais permeável aos estudos de gênero, o que se nota, especialmente, nas propostas apresentadas nos eventos acadêmicos analisados.

CONCLUSÕES

Este esforço de sistematização e análise do campo de estudos das relações raciais não abarca a totalidade da produção acadêmica na área, já que a questão racial, nas últimas décadas, atravessou as fronteiras da sociologia e da antropologia, alcançando outras disciplinas e áreas do conhecimento (Barreto *et al.*, 2017). Apesar de seu escopo restrito, este artigo apresenta uma expressiva parcela do que foi produzido sobre as relações raciais no âmbito das ciências sociais brasileiras. No conjunto, foram 422 referências analisadas, se somarmos artigos publicados (181) de 2014 a 2018 e trabalhos apresentados nos encontros da Anpocs (118) e nos congressos da SBS (123), de 2012 a 2019. E, ao final, o que esses dados dizem?

No conjunto, constatamos que houve intenso crescimento da quantidade de publicações, no período de cinco anos, quando comparado com as duas décadas anteriores, se contrastamos este levantamento com outros balanços bibliográficos realizados anteriormente. A análise da distribuição desses artigos de acordo com os subtemas mostrou

que assuntos como gênero e sexualidade, intelectuais, cultura e identidade, ações afirmativas e educação tiveram maior ocorrência. Em relação aos trabalhos apresentados nos encontros da Anpocs e nos congressos da SBS, constatamos que o subtema “Ações afirmativas” foi o que mais se destacou, com grande presença em todas as edições dos eventos. Uma análise preliminar das autorias, de acordo com o estado de origem, mostrou, no entanto, que havia a concentração dessa produção recente em poucos estados brasileiros, com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo.

O crescimento maior do que a média e a grande diversificação temática, com temas emergentes — tais como gênero e sexualidade e ações afirmativas — ganhando destaque, são as principais novidades na produção recente, e recentíssima, no campo de estudos das relações raciais. É digno de nota que esses resultados são análogos às tendências mais gerais existentes na produção acadêmica e no sistema de pós-graduação. Estamos diante, portanto, de uma sinergia entre as políticas de criação do sistema de pós-graduação, de ampliação do sistema de ensino superior como um todo e de incentivo ao acesso de estudantes de baixa renda, de escolas públicas, negros, indígenas e quilombolas — por meio das cotas — na graduação e, posteriormente, na pós-graduação. Em conjunto, a implementação dessas políticas foi muito importante para que mudanças ocorressem no campo de estudos das relações raciais, mudanças essas que, possivelmente, ocorreram em outros campos, tais como o de estudos de gênero, em que a temática racial ganhou mais fôlego nas últimas décadas, a se notar pela presença das revistas especializadas em gênero e sexualidade que têm apresentado reflexões sobre desigualdades de gênero e raça.

Os resultados dos estudos anteriores que analisaram a produção acadêmica no campo das relações raciais, a partir da década de 1990, apontaram a existência de dois processos (associados entre si) importantes na análise das mudanças nele encontradas: ampliação do debate público sobre o racismo, que antecedeu e sucedeu a criação de PAA nas IES, especialmente de reserva de vagas nas instituições públicas; e aumento da quantidade de estudantes negros (pretos + pardos) nos cursos de graduação (e de pós-graduação). Além desses, sugerimos que outro processo merece consideração na análise, e que está associado aos dois anteriores: a institucionalização do sistema de pós-graduação como política pública, que se apresenta como universalista e, portanto, neutra em termos étnicos e raciais.

A partir da década de 1990, houve enorme crescimento de cursos disciplinares, em todas as áreas, assim como aumento dos cursos inter/trans/multidisciplinares. E a diversificação temática, com a criação de interfaces entre campos cuja produção passou a integrar os conteúdos de disciplinas e áreas distintas do conhecimento, também aumentou drasticamente. Se é verdade que o aumento do debate público sobre o racismo, especialmente após a criação da Lei de Cotas (2012), refletiu-se no crescente interesse em realizar pesquisa acadêmica sobre o assunto, a concretização de um projeto desse tipo somente foi possível porque o sistema de pós-graduação induziu a criação de cursos de mestrado e doutorado que forneciam, além da estrutura acadêmica, bolsas de estudo. Esse modelo universal, associado à crescente adesão de programas de pós-graduação na área de humanidades à reserva de vagas para o acesso aos cursos de mestrado e de doutorado, propiciou mudanças significativas no campo de estudo das relações raciais,

seja em termos quantitativos (aumento da produção), seja em termos qualitativos (diversificação e inovação temática).

Quando se considera as evidências produzidas, seja por meio dos artigos publicados, seja por meio dos trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, é digno de nota que, embora a sociologia e a antropologia continuem importantes áreas de atuação dos autores e das autoras com produção acadêmica no campo de estudos das relações raciais, há uma presença crescente da ciência política. Esta se evidencia tanto nos artigos publicados em periódicos especializados — tais como a *Revista Brasileira de Ciência Política* — quanto nos trabalhos apresentados por autores que são docentes vinculados a departamentos ou estudantes de programas pós-graduação nessa área. No entanto, seja a análise da distribuição de acordo com subtemas, seja a sistematização dos conteúdos de uma parte dessa produção que trata de ações afirmativas e de gênero e sexualidade, confirmaram que os estudos que estão sendo realizados na sociologia, na antropologia e na ciência política — que juntas formam as ciências sociais — são marcados pela inter/trans/multidisciplinaridade. Além disso, os resultados confirmaram que outras áreas das ciências humanas, tais como educação e história, e das ciências sociais aplicadas, tais como direito e administração, tornaram-se cada vez mais presentes no campo de estudos das relações raciais, cabendo ainda mencionar a existência de produção acadêmica em diversas outras áreas, como saúde e linguística, letras e artes.

Ao longo do processo recente de expansão e diversificação temática do campo de estudos das relações raciais, este tem se consolidado com um campo multidisciplinar, e não mais restrito às ciências sociais, particularmente à antropologia e à sociologia.

A nosso ver, a diversificação que ocorreu nas últimas décadas trouxe contribuições importantes ao campo de estudos das relações raciais, pois permitiu que um objeto de investigação que não é novo fosse examinado em outros contextos disciplinares, ou mesmo multidisciplinares, a partir de referências teóricas e metodológicas diferentes daquelas utilizadas nos programas de pós-graduação em antropologia e em sociologia, ou ciências sociais, que se desenvolveram no Brasil.

Há que se destacar, ainda, algumas possibilidades de interpretação das tendências da dinâmica do campo das relações raciais no Brasil. Uma delas refere-se ao fato de que temas tradicionais do campo deixaram de ter a importância que tiveram no passado. Entra nessa categoria o tema das desigualdades na estratificação social, o qual, desde os trabalhos pioneiros de Hasenbalg e Valle Silva, havia se tornado um dos filões mais produtivos no campo da produção científica sobre relações raciais no país. Verdade seja dita, essa relativa diminuição do interesse foi largamente compensada pelos estudos realizados em áreas afins, que deram continuidade a essa tradição. Certamente esse tipo de especialização das áreas tem a ver com as peculiaridades dos saberes necessários para aprofundar o tema das desigualdades (que vai além dos métodos quantitativos, por exemplo), o que confere maior legitimidade social (real ou imaginária) para abordar o tema a certos tipos de pesquisadores(as) e de saberes.

Em um balanço geral, focalizando os dois subtemas selecionados para dar maior profundidade ao entendimento da produção recentíssima sobre as relações raciais no Brasil, é preciso fazer alguns apontamentos finais. No que se refere às ações afirmativas, observamos que continuam sendo realizados os estudos de caso com abordagem qualitativa, assim como persiste a atenção maior

dos(as) pesquisadores(as) para os cursos de graduação. Ainda assim, têm despontado estudos que tratam da implementação da reserva de vagas no ensino médio, por exemplo, nos Institutos Federais, nos cursos de pós-graduação e nos concursos públicos docentes. Note-se que essas áreas são de potencial crescimento, ainda não se apresentando de forma expressiva no levantamento que realizamos. Embora presente de forma significativa no debate público, as comissões de heteroclassificação não se configuraram como um tema de investigação sistemática na produção das ciências sociais, o que pode vir a merecer mais atenção dos(as) pesquisadores(as), não só porque trata da aplicação das PAA, mas também das dinâmicas das classificações raciais no Brasil atual.

No que se refere à raça e gênero, a produção que trata dessa articulação tem trazido inovações empíricas e teóricas ao campo de estudos das relações raciais. Como é sabido, o paradigma das desigualdades raciais foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos sobre raça e racismo no Brasil. Antes, os estudos sobre o preconceito de cor, sua existência ou não, animaram durante décadas as pesquisas brasileiras e de estrangeiros no Brasil. Após a Conferência de Durban, multiplicaram-se as pesquisas sobre ações afirmativas na mesma medida em que o tema esquentava na esfera pública, movimentada pela implementação de cotas

nas universidades brasileiras. No atual ciclo dos estudos das relações raciais, uma maior aproximação entre os estudos sobre raça e gênero tem se mostrado relevante na produção recentíssima, especialmente porque têm crescido as análises que agregam as categorias sexo e cor nos estudos sobre desigualdades, identidades, ações afirmativas, entre outros. Ademais, as teorias interseccionais e decoloniais — nem sempre combinadas — parecem estar impactando o campo, exigindo dele respostas teóricas e empíricas para o desvelamento do mundo social.

Para revisões futuras, seria interessante dar continuidade às pesquisas empíricas sobre as autorias da produção recente no campo de estudos das relações raciais, incluindo artigos, livros, trabalhos apresentados, dissertações e teses, que permitam avaliar se estão ocorrendo mudanças no perfil dos autores e das autoras, quando se trata de gênero, raça, classe, região, estado e instituição de vínculo. A realização de mais pesquisas com recortes distintos permitirá levar adiante as investigações sobre a produção recente nesse campo. E a realização dessa tarefa requer não apenas esforço individual, mas a formação de redes de pesquisadores(as), vinculados(as) a diferentes instituições e áreas do conhecimento, o que trará uma contribuição decisiva para a sistematização da enorme produção acadêmica existente no campo de estudos das relações raciais.

Bibliografia

- ABREU, S. **Os descaminhos da tolerância**. O afro-brasileiro e o princípio da igualdade. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.
- AMARAL, M.; BANDEIRA, L. Estudos feministas sobre violência, corpo e sexualidade no Congresso Brasileiro de Sociologia. In: JOHAS, B.; AMARAL, M.; MARINHO, R. (orgs.) **Violências e resistências**: estudos de gênero, raça e sexualidade. Teresina: Edufpi, 2020a. p. 17-44.

- ARTES, A.; MENA-CHALCO, J. Expansão da temática relações raciais no banco de dados de teses e dissertações da Capes. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 1.221-1.238, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201702152528>
- ARTES, A.; OLIVEIRA, D. R.; UNBEHAUM, S. O Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford/Fundação Carlos Chagas como indutor de políticas afirmativas: docentes negros na academia brasileira. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, DF: UnB, 2017. Disponível em: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0980-1.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2020.
- ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 858-881, out./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143273>
- BARRETO, P. C. S.; LIMA, M.; VIEIRA, A. L. C.; SOTERO, E. Entre o isolamento e a dispersão: a temática racial nos estudos sociológicos no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 5, n. 11, p. 113-141, 2017. <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.223>
- BARRETO, P. C. S. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 39-64, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151603>
- BERNARDINO-COSTA, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2002000200002>
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan./abr. 2015. <http://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100009>
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 117-135, jan./abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-699220183301005>
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Dossiê Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, jan./abr. 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações** [online], v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015b. <http://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27>
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (orgs.). Apresentação: Feminismo e antirracismo. Dossiê Feminismo e Antirracismo. **Revista Brasileira de Ciência Política** [online], n. 16, p. 7-10, 2015a. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151601>
- BRANDÃO, A. (org.). **Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- BRANDÃO, A.; JORGE, A. L.; DALI, S. Faz diferença estar na agenda? Lideranças comunitárias quilombolas e percepções sobre acesso às políticas sociais nos anos recentes. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st28-3/10435-faz-diferenca-estar-na-agenda-liderancas-comunitarias-quilombolas-e-percepcoes-sobre-acesso-as-politicas-sociais-nos-anos-recentes?path=40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st28-3>>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm>. Acesso em: 30 jan. 2020.

- CAMPOS, L. A.; FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa, comunitarismo e multiculturalismo: relações necessárias ou contingentes?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, p. 103-118, fev. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092014000100007>
- CAMPOS, L. A.; GOMES, I. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994–2013). **Revista Sinais Sociais**, n. 32, p. 85-116, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/a084fd5b-d173-44e4-b255-0aa0d8346c29/SinaisSociais_SS32_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=a084fd5b-d173-44e4-b255-0aa0d8346c29>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- CAMPOS, L. A.; LIMA, M.; GOMES, I. Os estudos sobre relações raciais no Brasil: uma análise da produção recente (1994–2013). In: MICELI, S.; MARTINS, C. B. (orgs.). **Sociologia brasileira hoje II**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018. p. 199-234.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 121-151, jan./abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151606>
- CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 965-986, set./dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>
- COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. **Plural**, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019. Título original: The Combahee River Collective Statement. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159864>
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- COLLINS, P. H. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, n. 51, e175118, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700510018>
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias**, v. 17, n. 40, p. 92-123, set./dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017004003>
- FERNANDES, C. M. Desigualdades raciais e de gênero entre docentes de ensino superior no Brasil: um debate sobre descolonialidade e reconhecimento. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 43., 2019, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2019.
- FERREIRA, G. B. Margeando artivismos globalizados: nas bordas do Mujeres Al Borde. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p207>
- FIGUEIREDO, Â.; GOMES, P. G. Para além dos feminismos: uma experiência comparada entre Guiné-Bissau e Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 3, p. 673-1.037, set./dez. 2016. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p909>
- FREDERICO, C. O multiculturalismo e a dialética do universal e do particular. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 237-254, maio/ago. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870014>
- GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012004000100001>

- HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan./jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- HOFBAUER, A. Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 68, p. 9-56, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000300002>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Limites territoriais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)**: características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- JESUS, R. E.; SANTOS, D. B. R.; SILVA, J. O. E.; PASSOS, J. C.; LIMA, L. C.; GOMES, M. M. *et al.* (orgs.). **Reafirmando direitos**: trajetórias de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 2019. v. 1.
- JONES, C. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra! Tradução de Edilza Sotero e Keisha-Khan Y. Perry. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1.001-1.016, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1001>
- LEMPERT, R. Ação afirmativa nos Estados Unidos: breve síntese da jurisprudência e da pesquisa social científica. **Sociologias**, v. 17, n. 40, p. 34-91, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017004002>
- LERNER, S. L. T. M. A política de cotas raciais no Brasil segundo a percepção de 160 negros cariocas, segundo classe e gênero. GT11 – Relações raciais e étnicas: desigualdades e políticas públicas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: SBS, 2015. Disponível em: <<http://automacaodeeventos.com.br/sociologia/sis/inscricao/resumos/0001/R1632-1.PDF>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- LIMA, A. C. S. Ações afirmativas no ensino superior e povos indígenas no Brasil: uma trajetória de trabalho. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 377-448, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832018000100013>
- LIMA, M. As novas políticas de inclusão escolar e as famílias: o caso dos beneficiários do PROUNI na Região Metropolitana de São Paulo. *In*: ROMANELLI, G.; NOGUEIRA, A.; ZAGO, N. (orgs.). **Família e escola 2**: novas perspectivas de análise. São Paulo: Vozes, 2013a. p. 312-333.
- LIMA, M. Inclusão ou desvio? Ações afirmativas no sistema privado de ensino superior. GT11 – Relações raciais e étnicas: desigualdades e políticas públicas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: SBS, 2013b.
- MATTOS, B.; SANTOS, H. H. O.; MATTOS, S. B. Os estudos sobre mulheres negras no Brasil: levantamento quantitativo sobre o estado da arte das pesquisas sobre o tema no país. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: SBS, 2019. Disponível em: <<http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmF0cyI7czozNTtoYToxOntzOjEwOjIjR9FBUiFVSVZPIjtzOjQ6IjEjYjNjgiO3oiO3M6MToiaCI7czozMjoiNmFjNzZM5ODI2MGMzMjYyMDEiOTJmWE0NmNmN2I1NzAiO30%3D>>. Acesso em: 8 jul. 2020.
- MEDEIROS, J. Feminismo periférico na Zona Leste de São Paulo: a centralidade da questão racial para o ativismo de mulheres jovens. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 40., 2016, Caxambu. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <http://anpocs.com/images/stories/40encontro/Resumos_2016>. Acesso em: 26 jan. 2020.

- MELLO, L. Negras/os na carreira docente de universidades federais: impasses e perspectivas a partir da aprovação da Lei nº 12.990/2014. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 42., 2018, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2018. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-3/gt-31/gt28-9/11356-negras-os-na-carreira-docente-de-universidades-federais-impasses-e-perspectivas-a-partir-da-aprovacao-da-lei-n-12-990-2014/file>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- MELLO, L. G. Da crítica à política: tensões entre reconhecimento e democracia racial na política de cotas da UFRGS. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, p. 304-323, 2017. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.27045>
- MENDES JUNIOR, Á. A. F. Uma análise da progressão dos alunos cotistas sob a primeira ação afirmativa brasileira no ensino superior: o caso da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 31-56, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000100003>
- MIGUEL, L. F. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1.219-1.237, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1219>
- MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 201-248, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420201>
- NEVES, P. S. C.; FARO, A.; SCHMITZ, H. Como avaliar as cotas universitárias? Reconhecimento social, a face invisível das avaliações. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 43., 2014, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2014.
- OLIVEIRA, C. L. P. Estratégias eleitorais de políticos negros no Brasil na era do marketing político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 321-360, set./dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162109>
- OLIVEN, A. C.; BELLO, L. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na UFRGS. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 49, p. 339-374, set./dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832017000300013>
- PICANÇO, F. S. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 145-179, 2015. <http://dx.doi.org/10.17666/3088145-179/2015>
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, dez. 2008. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>
- REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, n. 53, e185315, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530015>
- RIOS, F. **Elite política negra no Brasil**: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- RIOS, F.; PEREZ, O.; RICOLDI, A. Interseccionalidade nas mobilizações do Brasil contemporâneo. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 36-51, 2018. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/46648>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- RIOS, F.; SOTERO, E. Apresentação: gênero em perspectiva interseccional. **Plural: Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159740>
- ROSEMBERG, F.; ANDRADE, L. F. Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: a tensão entre raça/etnia e gênero. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 419-437, jul./dez. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332008000200018>

- SAMPAIO, C. A. M. Diagnóstico, alcance e avaliação das políticas públicas do Programa Brasil Quilombola no município de Pinheiro, Maranhão. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 40., 2016, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st28-3/10444-diagnostico-alcance-e-avaliacao-das-politicas-publicas-do-programa-brasil-quilombola-nomunicipiodepinheiro-maranhao/file>>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- SANTOS, D. B. R. Histórias e trajetórias de nordestinos egressos de políticas de cotas raciais no ensino superior público brasileiro (2003–2018). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 19., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: SBS, 2019. Disponível em: <http://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YTToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoZNToiYTToxOntzOjEyOiJJRF9BVElWSURBREUiO3M6MjoiMzliO30iO3M6MToiaCI7czoZMjoiMzA3ZDQzNmIwNGE0NTQ0NDcxNTliZjM2NmQ3YWYzNWliO30%3D&ID_ATIVIDADE=32>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- SANTOS, H.; SOUZA, M.; SASAKI, K. O subproduto social advindo das cotas raciais na educação superior do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 94, n. 237, p. 542-563, 2013. <https://doi.org/10.1590/S2176-66812013000200010>
- SANTOS, J. (org.). **O impacto das cotas nas universidades públicas brasileiras** (2004–2012). Salvador: CEAO, 2013.
- SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, A. A.; ARAÚJO, J. A importância das políticas de cotas raciais no Brasil para o avanço dos estudos de gênero a partir de perspectivas decoloniais. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 19., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: SBS; UFSC, 2019.
- SILVEIRA, D. S. Os limites e obstáculos da política de reserva de vagas para pretos & pardos no serviço público: uma análise crítica do Projeto de Lei (PL) 6738/2013. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS*, 39., 2015, Caxambu. **Anais** [...]. São Paulo: Anpocs, 2016. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gr32/9745-os-limites-e-obstaculos-da-politica-de-reserva-de-vagas-para-pretos-pardos-no-servico-publico-uma-analise-critica-do-projeto-de-lei-pl-6738-2013/file>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- SOUZA NETO, C. P. P.; FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa: normatividade e constitucionalidade. *In: SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. Igualdade, direitos sociais e direitos humanos*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008. p. 345-364.
- TURGEON, M.; CHAVES, B. S.; WIVES, W. W. Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 363-376, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203363>
- VENTURINI, A. C. **Ações afirmativas na pós-graduação**. Rio de Janeiro: GEMAA/IESP/UERJ, s/d. Disponível em: <<http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/acoes-afirmativas-na-pos-graduacao/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.
- VENTURINI, A. C. Formulação e implementação da ação afirmativa para pós-graduação do Museu Nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 166, p. 1.292-1.313, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/198053144438>
- VIDIGAL, R. Affirmative action attitudes of whites: evidence from a list experiment survey in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 2, p. 1-31, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201800020003>
- VIEIRA, A. L. C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. *In: GONÇALVES, P. B.; SILVÉRIO, V. (orgs.). Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, DF: INEP, 2003. p. 81-98.
- VIEIRA, A. L. C.; VIEIRA, J. J. Dilemas da inclusão e entraves à permanência: por uma reflexão multidimensional das políticas de ação afirmativa no Brasil. **O Social em Questão**, ano 13, n. 23-1, p. 72-92, 2010.

Resumo

A produção das Ciências Sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019

Este artigo teve por objetivo realizar um balanço da produção recentíssima sobre as relações raciais feita no Brasil na segunda década do século XXI nas áreas das ciências sociais. Particularmente, este trabalho resulta da análise de dados quantitativos e qualitativos referentes à produção em antropologia, sociologia e ciência política, de 2012 a 2019. Por meio de levantamentos quantitativos nos mais importantes congressos científicos da área e dos artigos disponíveis na plataforma Scientific Electronic Library Online, analisamos a distribuição temática e o estado de origem das autorias. Além de um panorama abrangente das transformações do campo, realizamos a análise qualitativa dos títulos e dos resumos, sobre os quais nos debruçamos mais detidamente nos temas mais relevantes na produção atual, quais sejam: ações afirmativas, de um lado, e raça e gênero, de outro lado.

Palavras-chave: Raça; Ações afirmativas; Gênero; Desigualdades; Interseccionalidade.

Abstract

The production of Social Sciences on race relations in Brazil between 2012 and 2019

This article aimed to make a balance of the most recent production on race relations produced in Brazil in the second decade of the XXI century in the areas of social sciences. In particular, this article is the result of the analysis of quantitative and qualitative data regarding production in anthropology, sociology, and political science, from 2012 to 2019. Through quantitative surveys at the most important scientific congresses in the area and the papers available on the Scientific Electronic Library Online platform, we analyzed the thematic distribution and the distribution of authors according to their states of origin. In addition to a comprehensive overview of the transformations in the field, we conducted a qualitative analysis of the titles and abstracts, of which we focus more closely on the most relevant issues in current production, namely: affirmative actions, on the one hand, and race and gender on the other.

Keywords: Race; Affirmative actions; Gender; Inequalities; Intersectionality.

Résumé

La production de sciences sociales sur les relations raciales au Brésil entre 2012 et 2019

Cet article vise à faire le bilan de la production récente sur les relations raciales au Brésil dans la deuxième décennie du 21^e siècle dans les domaines des sciences sociales. Ce travail résulte notamment de l'analyse des données quantitatives et qualitatives liées à la production en anthropologie, sociologie et sciences politiques, de 2012 à 2019. Grâce à des enquêtes quantitatives menées lors des congrès scientifiques les plus importants de la région et aux articles disponibles sur la plateforme Scientific Electronic Library Online, nous avons pu analyser la répartition thématique et l'état d'origine des auteurs. En plus d'un aperçu complet des transformations dans le domaine, nous avons effectué une analyse qualitative des titres et des résumés, sur lesquels nous nous concentrâmes plus particulièrement sur les thèmes les plus pertinents de la production actuelle: d'un côté, les actions affirmatives; de l'autre côté, la race et le sexe.

Mots-clés : Race; Actions affirmatives; Genre; Inégalités; Intersectionnalité.

ANEXOS

Mapa 1 – Autores de artigos publicados segundo a Unidade da Federação de origem (2014–2018).



UF: Unidade da Federação.

Fontes: Periódicos SciELO *Qualis A*; IBGE (2017).

Elaboração: Claudia Monteiro Fernandes, 2020.

Mapa 2 – Autores de trabalhos apresentados segundo a Unidade da Federação de origem (2012–2019).



UF: Unidade da Federação.

Fonte: Anais dos encontros nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais; IBGE (2017).

Elaboração: Claudia Monteiro Fernandes, 2020.

